



Jornal do Engenheiro

Cresce *resistência* à retirada de direitos dos trabalhadores

Em 24 de maio, uma marcha unitária do movimento sindical levou 100 mil pessoas a Brasília para dizer não às reformas trabalhista e da Previdência. **Página 6**





PARAR AS REFORMAS, VOLTAR A CRESCER

É PRECISO QUE O Congresso Nacional compreenda a mensagem que vem sendo emitida pelos trabalhadores brasileiros, que são a imensa maioria da população: é tempo de parar a tramitação das reformas trabalhista e da Previdência. A greve geral de 28 de abril e a marcha a Brasília de 24 de maio, ambas manifestações vitoriosas, deram esse sinal claro, que deve ser assimilado pelos parlamentares. Equivocadas e injustas, tais proposições hoje, em meio a tamanha crise política, tornam-se também absurdas. Não é aceitável que se siga com a tramitação do Projeto de Lei da Câmara 38/17 e da Proposta de Emenda à Constituição 287/16, como se nada estivesse se passando no Brasil.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Não há justificativa para tamanha pressa ao tratar de questões tão relevantes. É necessário que o País volte à normalidade para que mudanças dessa monta, que atingem direitos históricos de um contingente de 100 milhões de pessoas e ameaçam minar a nossa já frágil proteção social, possam ser discutidas. Os defensores de tais ideias devem se submeter ao real e efetivo debate público; não basta promover audiências meramente protocolares que em nada interferem na decisão das casas de leis.

A sociedade precisa de informação clara e isenta, não de propaganda, para formar sua opinião e se posicionar.

Ao argumento do lendário *déficit* da Previdência contrapõe-se a demonstração de inúmeros especialistas que negam a existência de rombo. Por que não permitir aos brasileiros acesso amplo a tais informações para que possam julgar por si próprios? Aos que afirmam que o fim dos direitos trabalhistas gerará empregos, muitos respondem que a precarização enfraquecerá ainda mais a economia. Essa discussão precisa ser feita.

Nossa convicção é que se a opinião pública tiver acesso ao debate honesto e informado, o que é essencial a uma democracia de fato, a sociedade brasileira repudiará veementemente a ideia de retroceder em seus direitos. Em vez disso, optará por coletivamente buscar a saída da crise econômica que já flagela 14,5 milhões de cidadãos com o desemprego.

Ainda, entenderá que o caminho para tanto é garantir investimentos na infraestrutura nacional e estimular a produção; retomar obras paralisadas; buscar inova-

Se tiver acesso ao debate honesto e informado, a sociedade brasileira repudiará a ideia de retroceder em seus direitos. Em vez disso, optará por buscar a saída da crise que já flagela 14,5 milhões de cidadãos com o desemprego.

ção para aumentar a produtividade e ter uma indústria competitiva e valorizar a engenharia. Perceberá que é preciso também breçar a desnacionalização da economia que vem sendo posta em prática com medidas como a redução da exigência de contratação de conteúdo local pelas empresas petroleiras no Brasil. Está mais que na hora de reencontrarmos o rumo do desenvolvimento. E isso exige abandonar as reformas erradas e desnecessárias e voltar a crescer.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fofolito e impressão: **ANATEC** PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

Crise ou oportunidade?

José Manoel Ferreira Gonçalves

A GRAVÍSSIMA crise política que assola o País ameaça não só nosso desenvolvimento, mas nossa economia e nossa democracia. Não percamos de vista, contudo, que as crises costumam se constituir em oportunidades, como no *new deal* americano depois de 1929, por exemplo. No setor ferroviário será necessário reavaliar concessões feitas de forma açodada, à revelia do interesse nacional, para resolver fluxo de caixa do governo outorgante. Faz-se necessário um amplo levantamento dos trilhos já construídos, mas sem funcionamento, como em grande parte da ferrovia norte-sul.

É mister a conscientização da importância das ferrovias para o desenvolvimento econômico do País, para ganho de competitividade internacional, para o transporte terrestre de pessoas mais adequado que existe no mundo, para a segurança das estradas e para o meio ambiente. Sem a conscientização das pessoas, não há a necessária pressão para que os mandatários façam o que é preciso fazer, será necessário um *new deal* tupiniquim para o setor.

Urge mais que tudo paralisar a tramitação da lei de conversão da Medida Provisória (MP) 752, que já aguarda a sanção do multidelatado Presidente da República. Assim, gigantescos equívocos contrários aos interesses nacionais, que ameaçam nossa soberania e impedem o desbravamento do nosso sistema logístico como um todo e em especial a reativação do transporte ferroviário do País, serão evitados.

É mister a conscientização da importância das ferrovias para o desenvolvimento econômico do País.

Trata-se de uma medida que viabiliza a suspeitíssima renovação antecipada de concessões de ferrovias, como a malha paulista, por exemplo. Ferrovias que essas concessionárias vêm explorando de forma predatória, sem investimento em sua manutenção e a necessária ampliação sem qualquer parâmetro de qualidade operacional.



A Frente Nacional pela Volta das Ferrovias (FerroFrente) tem sido voz divergente isolada nas audiências públicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Restou recorrer ao terceiro poder, impetrando no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) contra a MP 752/2016, que abrange concessões de rodovias, aeroportos e ferrovias, aprovada no dia 3 de maio pelo Senado Federal. O STF é a última instância da democracia, do interesse do cidadão e da moralidade pública. Confiamos nele.

José Manoel Ferreira Gonçalves é engenheiro, jornalista e advogado, mestre e doutor em engenharia, coordenador do curso de Pós-graduação em Logística da Universidade Paulista (Unip), autor, entre vários outros, dos livros "Despoluindo sobre trilhos" e "Ferrovias"

MODERNO COMO O INFERNO



PRESERVAR AMBIENTE À CONSTRUÇÃO DE

Soraya Misleh

EM MEIO À CRISE ATUAL e endossando uma das maiores greves gerais da história do País, o SEESP colocou mais uma vez em pauta a necessidade de se debater e buscar soluções que assegurem a sustentabilidade nas cidades e no País, minimizando impactos e evitando desastres ambientais como o de Mariana (MG). O tema teve lugar em 27 e 28 de abril último, durante a oitava edição do Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP). Com apoio da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), o evento ocorreu na sede do sindicato, na Capital (*confira cobertura completa em www.seesp.org.br*).

À abertura, Murilo Pinheiro, presidente de ambas entidades, declarou apoio à greve geral marcada para o dia seguinte contra as reformas trabalhista e previdenciária pretendidas pelo governo para “mostrar a indignação com todas essas mudanças que ameaçam nossa qualidade de vida”. Ele aproveitou ainda para anunciar em primeira mão a realização em 2018 do EcoBrasil.

O secretário municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, Gilberto Natalini, destacou no ensejo: “Venho neste auditório há décadas, a esta casa que abriu as portas para organizarmos a luta democrática no Brasil. Essa categoria fez parte dessa batalha, em uma época difícil, quando fomos presos, torturados. Hoje, voltamos a nos encontrar para colocar nossa democracia nos trilhos. Cabe a nós, junto com essa juventude, cumprir esse papel.”

Vice-presidente do SEESP, idealizador e coordenador do evento, Carlos Alberto Guimarães Garcez lembrou que antecederam o EcoSP quatro edições no Vale do Paraíba,

como EcoVale: “Estamos na 12ª jornada. Nosso presidente Murilo, naquela ocasião, em Taubaté, onde ocorria o encontro, falou em expandi-lo para levar exemplos de boas práticas ambientais a mais gente. Essa missão procuramos cumprir em parceria com engenheiros, e neste ano, temos grandes profissionais de todos os setores presentes.”

Também integraram a mesa o deputado estadual por São Paulo Antonio de Sousa Ramalho (PSDB); o secretário especial de Relações Governamentais da Prefeitura de São Paulo, Milton Flávio Lautens Chlager; o vice-prefeito de Mariana (MG), Newton Godoy; a assessora técnica da Secretaria Municipal da Saúde, Cristine Mota de Farias; o superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, Paulo Afonso Rabelo; o diretor-geral do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), Saulo Krichanã; e o diretor da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Eduardo Luís Serpa, representando o secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo de Aquino Salles.

Transporte e som

Inaugurando os trabalhos, Francisco Christovam, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss), discorreu sobre a crescente preocupação com sistemas eficientes e não poluentes de transporte por ônibus na Capital. Com o aumento da frota de veículos que roda em São Paulo – hoje mais de 8 milhões, conforme dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran) de fevereiro último –, ele salientou: a questão ambiental precisa estar no rol de prioridades do setor, além da operacional e econômica.

A despeito de representarem apenas 0,14% da frota, os ônibus são responsáveis por garantir o deslocamento da maioria que usa transporte coletivo. Segundo Christovam, mais de 6 milhões de pessoas os utilizam em 10 milhões de viagens. Esse volume consome, informa, 37,5 milhões de litros de óleo diesel por mês, o que equivale a 50 piscinas olímpicas do combustível. Agravante é a insuficien-



Abertura reúne especialistas, representantes do poder público, d
No púlpito, Murilo Pinheiro: engajamento por um país melhor.

te rede de metrô na cidade para atender à população local de mais de 12 milhões. “Nos horários de pico, é um salve-se quem puder.”

A preocupação atual do setor, apontou o presidente do sindicato patronal, é com relação ao prazo estipulado pela Lei 14.933/09, da gestão Gilberto Kassab, que instituiu a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. Ele explica: “A partir do próximo ano, só poderão circular na cidade ônibus sem a utilização de combustível fóssil.” Atualmente a maior parte da frota é movida a derivados de petróleo e gás. A ideia é substituir por combustíveis renováveis, como etanol, biodiesel, diesel de cana de açúcar e eletricidade. Diante desse quadro, ele defendeu a reformulação dessa legislação em termos de prazo de implantação.

Christovam frisou, contudo, que o problema de emissão de poluentes na capital paulista não depende apenas dos ônibus. “Os veículos particulares estão no topo da frota que roda na cidade, com quase 6 milhões, vindo à sequência os ciclomotores e motocicletas, com mais de 1 milhão.” Os primeiros respondem por mais de 70% do total. Ele defendeu a necessidade de esforço comum para mudar o quadro.

“A poluição sonora impacta a todos, diariamente”, disse o engenheiro Victor

VIII EcoSP
apresenta boas práticas para se evitar desastres e minimizar impactos ao meio.



Engenheiros e estudantes lotam auditório do sindicato durante oitava edição do EcoSP.

E UMA SOCIEDADE JUSTA E SUSTENTÁVEL



e empresas e da academia.

Bécard, iniciando sua palestra sobre engenharia acústica e os malefícios dos ruídos à sociedade e ao meio ambiente. “A principal fonte de poluição sonora em São Paulo é o trânsito”, reforçou ele, que alertou: o problema tende a piorar devido ao crescimento constante dos centros urbanos.

É papel da engenharia acústica, conforme o palestrante, monitorar a situação e prevenir que se agrave. “Temos *softwares* e equipamentos que auxiliam no acompanhamento e na solução das fontes de barulho”, disse Bécard. E detalhou: “Se uma usina gera um ruído e a comunidade ao redor queixa-se deste, o engenheiro acústico pode simular as atividades da empresa e, através de gráficos, descobrir a origem.”

Mineração e aquífero da Amazônia

Na programação ainda, a importância da regulamentação da mineração e o Sistema Aquífero da Grande Amazônia (Saga). Abordou o primeiro tema o representante do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), engenheiro Ricardo Deguti de Barros Silva. Um dos pontos destacados em sua apresentação é o impacto ambiental gerado por essa atividade. “O acidente em Mariana quebrou um paradigma da mineração, uma vez que antes eram considerados os

impactos locais e, agora, precisamos pensá-los em nível regional”, observou. Deguti lembrou que áreas que serviram durante algum tempo para a extração estão sendo reaproveitadas, caso de antiga pedreira em Curitiba que virou parque. Alguns locais em São Paulo estão sendo estudados para a construção de escolas e áreas de lazer.

Já o professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA), Francisco de Assis Matos de Abreu, expôs o estudo sobre o Saga, resultado de um trabalho interdisciplinar realizado por um grupo de pesquisadores dessa e de outras instituições. Ele observou que mais de 18,4% das águas do mundo estão na região amazônica e mais de 80% do volume, submerso, representando 162 mil quilômetros cúbicos. Antes, o maior aquífero descoberto era o Guarani, com 39 mil quilômetros cúbicos.

Desastre em Mariana

Ao final do VIII EcoSP, o caso da tragédia ambiental na cidade de Mariana, em Minas Gerais, apresentado pelo vice-prefeito Newton Geraldo Xavier Godoy. O município histórico, com 300 anos, hoje vive agruras econômicas e sociais em consequência do rompimento da barragem da mineradora Samarco, em 5 de novembro de 2015, que deixou 18 mortos, um desaparecido, 504 desabrigados e 308 desalojados. Foram afetadas diretamente mais de 2.800 pessoas e indiretamente mais de 65 mil. Os danos ambientais, informou Godoy, se estenderam por 663km de rios e córregos e 1.469 hectares de vegetação. Os rejeitos da mineradora chegaram até a foz do Rio Doce, no encontro com o Oceano Atlântico, impactando, no percurso, diversos municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Godoy informou que no primeiro estado há 900 barragens de empresas mineradoras. A Samarco iniciou as atividades em Mariana em 1977 e hoje tem como donos a Vale do Rio Doce e a australiana BHP Billiton. De acordo com o vice-prefeito, a dependência da empresa era praticamente integral, chegando a quase 89% das atividades econômicas. “A arrecadação de impostos era de R\$ 1 milhão por dia, totalizando mais de R\$ 30

milhões mensais. Depois do acidente, caiu para R\$ 17 milhões”, lamentou. E salientou: “Nossa população é de 67 mil pessoas. Hoje temos 13 mil desempregados, desses, 9 mil são dispensas relacionadas à paralisação da Samarco. A Prefeitura também está demitindo, porque não tem como manter o seu efetivo. Isso tem reflexos nos serviços públicos oferecidos, desde saúde a educação.”

Tamanha dependência foi criticada pelo vice-prefeito. “Não nos desenvolvemos em outros setores. Tudo o que se fizer agora só terá resultado em médio e longo prazo.” Ao mesmo tempo, ele condenou a postura da mineradora: “A vontade de faturar e vender foi maior que a responsabilidade.” O vice-prefeito denunciou a falta de um plano de contingência adequado e eficaz, que poderia reduzir os danos.

Ao final da exposição, Murilo Pinheiro anunciou a pretensão da FNE de realizar um encontro da engenharia no município mineiro. “Precisamos provocar o governo federal a assumir suas responsabilidades com relação a esse desastre nacional. O nosso objetivo é ajudar a reconstruir Mariana e colocá-la de novo como cidade pujante.”

Também ministraram palestras no VIII EcoSP a bióloga Viviane Rodrigues Reis, da Agência Ambiental Pick-upau; o superintendente estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Murilo Reple Penteadado Rocha; Miguel Bahiense, da empresa Plastivida; e a professora da Universidade de Taubaté (Unitau) Lídia Maria Ruv Carelli Barreto, que trouxe informações do Centro de Estudos Apícola (CEA) da instituição, projeto iniciado em 2012 pelo Departamento em Ciências Agrárias. Ainda entre os palestrantes, Manuelito Pereira Magalhães Junior, diretor de gestão corporativa da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp). O evento contou com o patrocínio dessa empresa, bem como da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), do Grupo Semmler e da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea São Paulo (Mútua-SP).

Colaboraram como repórteres Deborah Moreira, Rosângela Ribeiro Gil e Jéssica Silva

A cidade de Mariana enfrenta ainda hoje as consequências da ruptura da barragem da Samarco em novembro de 2015.



Reformas vão legalizar a *precarização* do trabalho

Rosângela Ribeiro Gil

AS VOZES DE especialistas e magistrados contrários ao Projeto de Lei da Câmara 38/17 e à Proposta de Emenda à Constituição 287/16 se intensificaram nos últimos meses no País, assim como as mobilizações, a exemplo da marcha a Brasília realizada em 24 de maio último. O ato na Capital Federal reuniu cerca de 100 mil pessoas, vindas de todo o Brasil. A forte repressão policial não obliterou a poderosa demonstração de “resistência do movimento sindical” aos ataques a direitos dos trabalhadores, na avaliação do consultor sindical João Guilherme Vargas Netto.

Em recente debate no SEESP, a desembargadora federal do Trabalho, Ivani Contini Bramante, foi categórica: “Essas reformas são um suicídio para o Brasil.” Juíza do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Bramante diz que ao tirar o poder de compra dos trabalhadores brasileiros compromete-se a economia do País.

A preocupação é reforçada pelo diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, para quem se caminha para a “legalização” da precarização nas relações laborais. “Estamos falando de uma força de trabalho que compreende mais de 100 milhões de pessoas”, informa. “Ninguém estará a salvo, do trabalhador do comércio, bancário, professor ao engenheiro”, adverte.

Em dezembro de 2016, o governo enviou à Câmara dos Deputados o então Projeto de Lei 6.787 (hoje PLC 38), que altera direitos trabalhistas e sindicais. Em 26 de abril último, foi aprovado o substitutivo do relator da matéria, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que conseguiu piorar a proposta original. O novo texto encontra-se em discussão no Senado. Este, realça o diretor técnico do Dieese, “cria uma série de instrumentos paralelos aos sindicatos e inibe, dificulta e até proíbe o acesso à Justiça; mais do que isso, só voltando ao regime de escravidão”. Segundo Bramante, o novo texto (*confirma quadro*) faz a convenção coletiva de trabalho perder força, com o objetivo de nivelar por baixo os direitos das categorias, e amplia a prevalência do ne-

gociado sobre o legislado. “É a desregulamentação do trabalho”, define ela.

O substitutivo de Marinho propõe novas formas de contratação ao mesmo tempo em que retira a fiscalização do Estado e fragiliza os sindicatos. “Podemos dizer que o governo e o Congresso estão ‘melhorando o ambiente de negócios’ em prejuízo da sociedade brasileira”, critica Ganz Lúcio. A desembargadora aponta: “Não se saberá nunca a quem recorrer.”

Previdência e resistência

Com relação à PEC 287, Bramante também é enfática: “Pelas regras que querem impor, ninguém mais vai se aposentar.” De acordo com o substitutivo apresentado pelo relator, deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), pela regra geral, a idade mínima para obtenção do benefício passa a ser de 65 anos (homem) e 62 (mulher). O tempo de contribuição varia de 25 anos (para receber 70% do valor devido) a 40 (100%).

Pressão e mobilização devem aumentar na luta para barrar mudanças nefastas.

Apesar da resistência do movimento sindical às mudanças e da crise institucional e política que atinge a Presidência da República – com a divulgação da delação premiada do dono do frigorífico JBS, Joesley Batista –, o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, receia que a reforma trabalhista possa ser aprovada a qualquer momento. “As forças do mercado vão jogar todas as fichas para isso.” A saída, prossegue, é “manter o trabalho de pressão sobre os senadores para não deixar votar”.

Alterações propostas pelo PLC 38/2017

1 – Condições de trabalho

- * Regulamenta um “cardápio” de contratos precários: o teletrabalho; o intermitente; em tempo parcial; de prestação de serviços nas atividades-fim (terceirização); e libera o uso de contrato de trabalho autônomo.
- * Estabelece mecanismos para a rescisão do contrato de trabalho que fragilizam o trabalhador, como o “comum acordo” entre empregado e empregador; facilita a dispensa imotivada e determina a quitação total de débitos trabalhistas em Planos de Demissão Voluntária ou Incentivada (PDVs ou PDIs); cria o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.
- * Regulamenta e amplia a possibilidade de adoção da jornada de trabalho 12h x 36h (12 horas de trabalho seguidas e 36 horas de descanso); altera os mecanismos para uso da hora extra; elimina a remuneração do tempo despendido para deslocamento até o posto de trabalho (horas in itinere); altera a remuneração de intervalos intrajornada total ou parcialmente suprimidos.
- * Altera o conceito de salário e a base de incidência de encargos trabalhistas; reduz o alcance do dispositivo segundo o qual “para trabalho igual, salário igual”; amplia a possibilidade de parcelamento de férias; permite que a empregada gestante e lactante possa trabalhar em locais insalubres; elimina a incorporação de gratificações aos cargos/funções de confiança.

2 – Organização sindical

- * Cria Comissão de Representantes sem vínculo sindical para negociações entre trabalhadores e empregadores.
- * Acaba com a contribuição sindical obrigatória.
- * Revoga a presença do sindicato na rescisão do contrato de trabalho.

3 – Negociação coletiva

- * Estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado.
- * Prevalência dos acordos sobre as convenções coletivas.
- * Fim da ultratividade das normas coletivas.
- * Negociação individual para trabalhadores com ensino superior ou maiores salários.
- * Negociação individual para rescisão de contrato de trabalho e compensação da jornada de trabalho.

Fonte: Nota Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (<https://goo.gl/5gOLSh>).

Lula Marques/AGPT



Marcha a Brasília reúne 100 mil pessoas na resistência à perda de direitos.

Brasil precisa de engenheiros de transportes

O COORDENADOR do Conselho Assessor de Transportes e Mobilidade Urbana do SEESP, Jurandir Fernandes, fala, nesta entrevista, das carências do País em termos de transportes e de como os profissionais da engenharia voltados ao setor são fundamentais, tanto na esfera pública quanto na privada. Apesar disso, o Brasil ainda não tem oferta adequada de cursos específicos de graduação. “São dois ou três apenas, o resto são especializações ou pós-graduação”, informa ele, que assumiu em 16 de maio último a Presidência da seção da América Latina da União Internacional de Transportes Públicos (UITP). A novidade, segundo Fernandes, é que está em fase de elaboração projeto que cria a graduação em Engenharia de Transporte na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA-Unicamp), *campus* Limeira.

Quais as dicas aos interessados em ingressar na área?

Ainda temos poucos cursos de formação específicos. Há disciplinas voltadas ao tema em cursos de engenharia, principalmente nas modalidades civil e mecânica. As entidades representativas do setor, como a UITP, possuem farta documentação bibliográfica ligada à mobilidade. No Brasil há também entidades e universidades com bons acervos técnicos e científicos sobre transportes. Estudar e se dedicar, procurar eventos ligados ao tema, ligar-se



aos que são do ramo, tudo ajuda a formar um bom quadro técnico e político no setor.

Com as novas tecnologias, como o profissional deve se preparar?

Deve ter atenção às áreas ligadas à mecânica veicular e ferroviária, telecomunicações, automação e veículos autônomos, inteligência artificial, tratamento de grande volume de dados (*big data*), energias renováveis. Atenção total ao mundo digital, já que quase toda a população urbana possuirá um *smartphone*

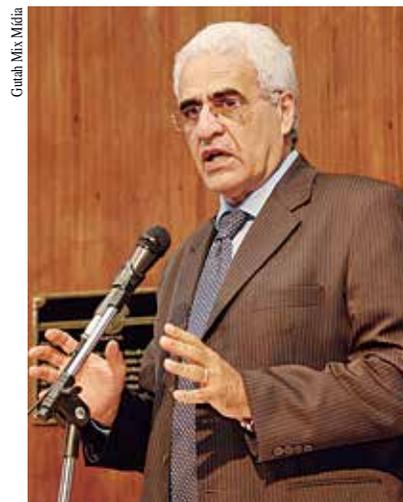
dentro de poucos meses aqui no País. O desenvolvimento de aplicativos já está mudando a mobilidade urbana.

Como é a atuação do engenheiro nesse setor?

Ele deve atuar na definição do projeto e de qual tipo de modal é o mais adequado ao número de passageiros que deve ser atendido. Será um sistema sobre pneus, trilhos? Em corredor exclusivo, subterrâneo, aéreo ou em superfície? Trata-se de um sistema formado por linhas troncais e alimentadoras? Deverão existir terminais de integração, onde, quantos? Isso é uma pequena amostra da fase de projeto, que ainda sofre fortes interferências das questões ambientais, das desapropriações necessárias, do ambiente político, bem como da aprovação da população local.

Temos boas perspectivas nesse mercado no Brasil?

As necessidades são imensas. O que nos paralisa são as crises econômicas e políticas que impõem descontinuidades nos investimentos em infraestrutura para o setor. O País carece de transporte urbano, rodoviário, portos, aeroportos e até mesmo de boas calçadas e ciclovias. Ou seja, mal resolvemos as coisas simples e de menor custo.



Jurandir Fernandes: País carece de soluções simples ao setor de transportes e de engenheiros na área.

Qualificação

Isitec oferece cursos para aperfeiçoamento profissional

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, oferece uma grade de qualidade em educação continuada, com pós-graduação, extensões e cursos livres para ajudar no aprimoramento e capacitação profissionais. As inscrições estão abertas para pós em Gestão eficaz de escritórios de arquitetura e engenharia; BIM Master Modelador; Gestão de TI – com ênfase em inovação; Gestão de energia; e Engenharia de Segurança do Trabalho com ênfase na área rural. Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3254-6850, *e-mail* pos@isitec.edu.br ou no *site* www.isitec.org.br.

Congresso online em engenharia mecânica e automação

A constante atualização tecnológica e o aperfeiçoamento profissional são os principais desafios do mundo da engenharia e automação. Com o propósito de reunir e disponibilizar o que há de mais relevante nesses setores acontece a segunda edição do Congresso Nacional *Online* de Engenharia Mecânica e Automação (Conaenge). Dezenas de palestras serão disponibilizadas na internet de 14 a 18 de agosto próximo, gratuitamente. O evento, cuja primeira edição foi em 2016, conta com o apoio de diversas instituições de ensino em todo o País. Entre os temas que serão abordados estão elementos finitos, automação, termodinâmica, inovação, soldagem e simulação. Mais informações pelos telefones (51) 3490-3251 e 98444-5239 ou *e-mail* contato@conaenge.com.br. Inscrições em www.conaenge.com.br/conaenge-2017.

ISITEC
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

EXCELÊNCIA EM
EDUCAÇÃO

Conheça os
nossos cursos

www.isitec.org.br

R. Martiniano de Carvalho, 170 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3254-6850 e 3294-9697



Campanhas salariais

Energéticas – Durante os meses de fevereiro, março, abril e maio, os engenheiros das energéticas, com data-base em 1º de junho, realizaram suas assembleias de abertura da campanha salarial de 2017. Foram aprovadas as pautas de reivindicações da categoria junto à Comgás, Cesp, Rio Paraná Energia, Rio Paranapanema Energia, AES Tietê, AES Eletropaulo, Cteep, Elektro, Emae e empresas do Grupo CPFL (Paulista, Piratininga, Geração de Energia e Comercialização Brasil). Em março foram realizadas também assembleias nas companhias Jaguari, Leste Paulista, Sul Paulista e Luz e Força de Mococa, cuja data-base é 1º de abril. Em comum destacam-se nas assembleias: reajuste salarial correspondente ao maior índice inflacionário computado no período de um ano anterior à data-base mais aumento real, extensível aos demais benefícios de caráter econômico; e

piso conforme previsto na Lei 4.950-A/66. As pautas aprovadas já foram encaminhadas às empresas, e as negociações já tiveram início na maior parte.

Portuários – Os engenheiros da Codesp, com data-base em 1º de junho, realizaram assembleia de abertura da campanha salarial deste ano no dia 14 de abril último. Na ocasião, foi aprovada a pauta de reivindicações com reajuste salarial correspondente ao maior índice inflacionário computado no período de um ano anterior à data-base mais aumento real, extensível aos demais benefícios de caráter econômico; piso conforme previsto na Lei 4.950-A/66; revisão do plano de cargos e salários; atualização dos prêmios do seguro de vida; retorno do empréstimo de férias; custeio integral do plano de saúde pela empresa; liberação de um dirigente para exercício do mandato sindical; e manutenção de 100% do nível de emprego até a próxima data-base.

Núcleo Jovem participa de semana na FMU



Na 11ª edição, a participação do SEESP.

Em 16 de maio último, durante a 11ª edição da Semana de Engenharia e Tecnologia (Inovae) da Faculdade Metropolitana Unidas (FMU), na capital paulista, a coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, Marcellie Dessimoni, apresentou a palestra “Engenharia: profissão e mercado de trabalho”. Ela ressaltou a importância da juventude participar das entidades de classe, as

responsabilidades da profissão, a importância de contribuir com projetos voluntários e inovadores que visem solucionar problemas reais da sociedade, assim como abordou as exigências do mercado de trabalho. “Que o Brasil possa investir cada vez mais na engenharia nacional, valorizando os engenheiros! Somos os protagonistas da retomada do crescimento”, exclamou.

Confea é eleito para Conselho Deliberativo da ABNT

Em Assembleia Geral Ordinária, foram eleitos, no dia 16 de maio último, os novos membros do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para o mandato 2017-2020. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) foi um dos escolhidos para integrar o Coletivo Mantenedor da entidade. “Gostaria de agradecer o empenho de todos os associados pertencentes ao Sistema Confea/Crea e Mútua, que entenderam a importância da composição do Conselho da ABNT, uma entidade que atua em atividades regulamentadas pelo Sistema e com a qual o Confea tem procurado estreitar ainda mais suas relações, não apenas pela oportunidade de conferir descontos, por meio de convênios, ao acesso às normas técnicas, mas também participando dos comitês brasileiros e de suas comissões de estudo, contribuindo ainda mais para a defesa da sociedade”, comentou o presidente do órgão, José Tadeu da Silva.

A votação ocorreu por meio eletrônico, iniciativa adotada pela entidade desde 2007 para facilitar a participação dos associados, com segurança e rapidez. O processo foi auditado, recebendo aprovação da RSM Brasil Auditores Independentes, empresa de reconhecimento internacional.

Novo vestibular para graduação no Isitec



Isitec abre suas portas à quinta turma de Engenharia de Inovação.

Estão abertas até 20 de junho próximo as inscrições para o processo seletivo da quinta turma da graduação em Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), cujo mantenedor é o SEESP. Os interessados devem preencher uma ficha *online*. Depois, receberão instruções para efetivar o pagamento de taxa no valor de R\$ 68,00.

A seleção inclui três fases: teste de análise de aptidão lógica *online*; avaliação do resultado obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – pode ser de 2016, 2015 ou 2014 –; e, no dia 24 de junho, às 14h, prova de análise e interpretação de linguagens, incluindo linguagem matemática e produção

textual. Nesta etapa, haverá duas provas, em que serão avaliadas: competências para ler, entender, inferir, comparar, relacionar, criticar e refletir sobre conhecimentos, informações, valores, situações-problema e questões presentes em diferentes textos; e redação, em que se avaliará a competência de planejar, estruturar e redigir um texto argumentativo, combatendo ou defendendo um determinado ponto de vista proposto, fazendo uso adequado da norma padrão da língua portuguesa. Serão 40 vagas. Os 20 primeiros colocados terão bolsa integral; aos demais, será parcial. Leia o edital do vestibular no *link* <https://goo.gl/5aB8NJ>. As aulas começam em 31 de julho.

Seminário promove encontro de engenheiros eletricitas

Acontecem respectivamente nos dias 21 e 22 de junho o “Encontro de profissionais eletricitas” e o evento “Gerenciamento de risco elétrico”, no auditório do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), localizado à Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, na Capital. O público-alvo são eletricitas, engenheiros, técnicos de segurança do trabalho e professores. As atividades são promovidas pela Associação Brasileira para a Conscientização dos Perigos em Eletricidade (Abracopel). Mais informações no *site* da entidade <http://abracopel.org>.

Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo. No site, JE ou no SEESP Notícias

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones: (11) 99173-0651 ou (11) 3284-9880

